

Desenvolvimento Econômico e Construção da Nação no Pensamento de Celso Furtado

Wilson Vieira¹

Resumo

O presente trabalho busca discutir a ligação entre desenvolvimento econômico e construção da nação no pensamento de Celso Furtado. Para isso, valho-me primeiramente das reflexões feitas pelo autor nas décadas de 1950 1960, em que ele vê tal construção firmada na unificação do mercado nacional e nos nexos de solidariedade entre as regiões brasileiras sob o comando do Estado, promotor das políticas de desenvolvimento econômico e, portanto, amalgamador da nação. Busco também localizá-lo no debate travado no período referido acerca dessa reflexão. Posteriormente, faço uma comparação com as suas reflexões mais recentes acerca da construção interrompida da nação devido à adesão do Brasil às políticas econômicas de corte neoliberal a partir da década de 1990, vistas por ele como um risco à própria sobrevivência da nação. Por fim, faço um balanço dessas reflexões e mostro as perspectivas para se pensar este tema perante os desafios que o Brasil enfrenta atualmente.

Abstract

This paper discusses the connection between economics development and the nation building in the Celso Furtado's thought. For this, in first time, I discuss the Furtado's reflections about these themes in the 1950s and 1960s: he sees the nation building based on the unification of national market and in the links of solidarity between the Brazilian regions commanded for the State, promoter of development politics. I discuss too about the debate of this theme in this period. After, I compare the Furtado's reflections in 1950s and 1960s with those made recently: the interrupted nation building because the Brazil submitted their economics politics for the neoliberal ideology in 1990s, a risk (for Furtado) for survival of the nation Brazil. In the last, I conclude this paper with a summary of discussion and I explain the perspectives to think about this theme in the face of the challenges that the Brazil lives nowadays.

¹ Economista, mestre em História Econômica pelo Instituto de Economia da UNICAMP, doutorando em sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, membro do Centro de Estudos Brasileiros do IFCH – UNICAMP, professor do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) e da Faculdade de Americana (FAM). E-mail: vieiraeco@uol.com.br

Introdução: Conceituação de Nação e de Desenvolvimento Econômico

Antes de se trabalhar propriamente com a reflexão de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico e construção da nação, é necessário que se faça uma breve síntese sobre a conceituação de temas como nação, nacionalidade e desenvolvimento econômico, sob o ponto de vista de autores que se destacam nas reflexões sobre esses temas.

No tocante à nação e à nacionalidade, cito inicialmente WEBER (1994)²: para ele, o conceito de nação se refere ao poder “político” e “nacional” que um grupo humano, ligado por uma comunidade de língua, religião, costumes e destino, se vincula à idéia de organização política, sobrecarregando, segundo ele, a idéia de poder, resultando em um sentimento patético (segundo o autor), denominado poder nacional. A “nação” é um conceito que, apesar de ser considerado unívoco, não pode ser definido de acordo com as qualidades empíricas que lhes são atribuídas. Quem o utiliza, entende como sendo a posseção que certos grupos humanos têm em relação a um sentimento específico de solidariedade frente a outros. Trata-se, antes de tudo, dos que se consideram partícipes de uma específica cultura que abarca o círculo dos que estão interessados em uma forma política. Contudo, os detentores do poder definem a “nação” de acordo com as suas idéias, independentemente do que os outros grupos sociais pensem a respeito e em certas ocasiões, um grupo humano pode obter a qualidade de “nação” mediante uma conduta determinada ou ainda reivindicá-la como uma “aquisição”, que ocorre com certas classes dirigentes do movimento operário mundial.

Otto BAUER [2000 (1924)], da mesma forma que Weber, estabelece que nação é um fenômeno que compreendemos, mas não conseguimos explicá-lo em termos breves e sucintos. O autor afirma que a questão nacional só pode ser abordada a partir do conceito de caráter nacional, como pode ser observado na seguinte passagem:

“Definamos o caráter nacional, provisoriamente, como o complexo de características físicas e mentais que distinguem uma nação de outra; para além disso, todos os povos têm características comuns que reconhecemos mutuamente como humanas, embora, por outro lado, as classes, profissões e indivíduos específicos de cada nação tenham propriedades individuais, características especiais que os distinguem uns dos outros. Mas está claro que o alemão médio é diferente do inglês médio, não importa o quanto tenham em comum como indivíduos, como membros da mesma classe ou da mesma profissão, assim como cada pessoa inglesa comparte com outra um conjunto de características, por mais separadas que elas sejam por diferenças individuais ou sociais” (BAUER, 2000: 46).

² A primeira edição da obra *Economia e Sociedade* foi publicada no início do século XX.

O autor, aprofundando sua reflexão, observa que foi o capitalismo que pela primeira vez reproduziu uma cultura realmente nacional do povo inteiro, que ultrapassou os limites da aldeia ao desenraizar a população e redistribuí-la por lugar e ocupação, no processo de formação das modernas classes e profissões. E esse processo foi feito através da democracia, da educação popular, do serviço militar universal e do sufrágio de todos.

Ao mesmo tempo, o autor lembra que o capitalismo impede que todo o povo evolua no sentido de uma real comunidade de cultura nacional por causa da exploração e da necessidade de defendê-la. Apesar do amplo acesso à educação por parte da população, não há um autêntico ensino nacional que dê às massas plena posse da cultura intelectual. No caso do serviço militar, pode-se afirmar que não foi criado um exército do povo. No tocante à democracia, ela se transformou, para a burguesia que se consolidou no poder, em algo temerário, pois se tornou um instrumento de poder da classe trabalhadora.

Numa sociedade socialista tudo se passa de forma diferente. Segundo BAUER (2000: 56):

“Socialismo significa a integração do povo inteiro numa comunidade cultural nacional, o alcance da plena autodeterminação pela nação, a crescente diferenciação mental das nações. A completa comunhão cultural de todos os membros, tal como existiu na era do comunismo dos clãs, será restabelecida pelo comunismo das grandes nações depois da era milenar da divisão de classes, da separação entre os membros da nação e aqueles que ela deixou para trás” (BAUER 2000: 56).

Dentro da perspectiva marxista da discussão sobre nação, cabe destacar dois trabalhos de Eric Hobsbawm: *A Invenção das Tradições* (1984) e *Nações e Nacionalismos desde 1780* (1991), retratando a atualidade de tal discussão.

Perry ANDERSON (1992) analisa outros autores clássicos acerca da conceituação de nação e caráter nacional.

O primeiro analisado é Hume. Ele buscava mostrar que o caráter nacional não era um produto de ambiente geográfico fixo, mas de circunstâncias políticas, econômicas e diplomáticas mutáveis.

O segundo é Alfred Fouillée (colega de Durkheim e membro porta-voz dos gabinetes solidaristas dos anos 1890). Seu objetivo, de caráter patriótico, era informar mais integralmente os franceses sobre seus vizinhos, de modo que não se deixassem enganar ou pregar por eles. Nas palavras de ANDERSON (1992: 152-153):

“Na galeria de tipos de Fouillée, os fatores estáticos da raça e do meio eram – contrariamente às suposições materialistas – menos importantes na formação do caráter nacional do que as idées-forces dinâmicas, transmitidas por cada elite às massas”.

Anderson, ao analisar Otto Bauer, verificou que a idéia de nação estava voltada à idéia de caráter nacional (como observado acima), considerado um conceito herético por marxistas como Kautsky.

Na Inglaterra, o autor afirma que a discussão assume feições liberais, tendo Ernest Barker como expoente. Este, na sua análise, separava os fatores em formação em uma base material, compreendendo linhagem genética, situação geográfica e composição socioeconômica, e, uma superestrutura cultural, abrangendo direito e governo, religião, linguagem, literatura e educação. O segundo conjunto era mais significativo e mais passível de alteração que o primeiro. O caráter nacional assim era bem mais compreendido como uma “tradição” transmitida.

Após a exposição acima, Anderson discute as causas do eclipse do caráter nacional que são as seguintes: descaracterização da língua, a educação que trata cada vez menos de nação e da cultura, e ataques do modernismo do início do século XX e da psicanálise.

Dentre outros autores (tanto clássicos quanto recentes) destacamos Benedict ANDERSON (1989) que sustenta a idéia de nação como uma cultura que permanece no tempo; Ernest GELLNER (1993) que afirma não ser possível falar de nação e nem de nacionalismo antes da Idade Moderna, pois ambos são produto da Revolução Industrial; Ernest RENAN (1987), que define a nação como um plebiscito diário, uma comunidade de sentimentos.

Enfim, para se ter uma idéia da atualidade da discussão sobre a questão nacional, cabe destacar a coletânea organizada por Gopal Balakrishnan, contendo textos clássicos e atuais sobre tal temática e lançada no Brasil em 2000.

Após essa rápida passagem sobre a discussão da idéia de nação na literatura estrangeira, passamos à discussão sobre tal temática empreendida no Brasil, conforme segue nos parágrafos abaixo.

A reflexão sobre o que seja a nação brasileira remonta ao século XIX, dentro não só da literatura (romantismo-indianismo e livros de Machado de Assis como *Casa Velha* e *Esau e Jacó*), mas em obras de políticos como José Bonifácio e Joaquim Nabuco, por exemplo.

No início do século XX, segundo Élide Rugai BASTOS (1986), percebe-se a Revolução de 1930 como o traço singular que diferencia os teóricos dos anos 1920 daqueles dos anos 1930 em relação ao nacionalismo. As características diferenciadoras são visíveis aos pensadores de cada década, apesar da existência de um traço comum entre eles, qual seja, a acusação do mimetismo cultural brasileiro em relação às nações européias.

Para a autora, os ensaístas dos anos 1920 revalorizam a importância da influência lusitana na nossa formação nacional a fim de cremos em nossas potencialidades para transformar o Brasil em uma nação respeitada por outras nações. Mesmo com esse discurso, o nacionalismo é de caráter defensivo, isto é, a necessidade da preservação da unidade da sociedade nacional e de uma organização política adequada à nossa realidade. O sentimento de superioridade (característica do nacionalismo ofensivo) se mostra pouco presente.

O debate sobre o clima de civilização é a característica do nacionalismo dos autores dos anos 1920 e início dos anos 1930 (tais como Tasso da Silveira e Oliveira Vianna), dentro de uma visão conservadora, apesar de suas diversas filiações ideológicas. Assim, o segredo da compreensão da sociedade brasileira reside na retomada do debate raça e civilização, pano de fundo para a discussão de educação e cultura e diagnóstico dos entraves que isso representa. Logo, a singularidade da nação é preservada, mesmo com a sua integração à civilização ocidental, considerada como sua peça fundamental de equilíbrio.

Gilberto Freyre, na sua obra *Casa Grande & Senzala*, lançada em 1933,

“(...) marca definitivamente a necessidade de assumirem-se os valores de civilização em torno dos quais nossa sociedade se distingue das outras. É nesse ponto de inflexão que se coloca a obra gilbertiana” (BASTOS, 1986: 108).

O novo elemento se constitui na existência de valores da civilização, dentre os quais o social, valor este desprezado pelos intelectuais. A partir desses valores, a sociedade brasileira distingue-se das outras, originando o caráter do nacionalismo gilbertiano.

A questão da singularidade brasileira é reforçada com a ascensão do Estado Novo através da reflexão dos teóricos autoritários, principalmente na revista *Cultura Política*, órgão de propaganda e reflexão do Estado Novo. Ponto comum: a nação deve ser construída por um Estado forte, opondo-se à democracia liberal, ao totalitarismo e ao fascismo e buscando uma alternativa nossa: a democracia social, na qual o povo, munido dos direitos sociais e exercendo um trabalho, pode dialogar diretamente com o Estado sem a intermediação do Parlamento. Para que isso fosse possível, os trabalhadores se fariam ouvidos através dos sindicatos³.

A reflexão sobre a nação brasileira continua após a redemocratização em 1945 e ganha força na década de 1950 com a CEPAL e o ISEB, cujo ponto em comum encontrava-se no desenvolvimento econômico como saída da situação de subdesenvolvimento na qual o país estava e como caminho para a construção da nação.

³ Para mais detalhes, ver GOMES (1982).

Celso Furtado se insere nessa discussão a partir da década de 1950, conforme é visto no próximo item.

No tocante ao desenvolvimento econômico, cito o fato, baseando-me no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961) de Furtado, de que uma teoria do desenvolvimento econômico da maneira sistematizada como se tornou após a Segunda Guerra Mundial realmente não existiu antes na teoria econômica como um todo.

Da reflexão feita no período, destaco W. W. Rostow, cujo livro – *Etapas do Desenvolvimento Capitalista* – trata o desenvolvimento econômico como algo comum a todos os países, bastando seguir o percurso dos países desenvolvidos. Para tanto, ele mostra qual caminho deve ser seguido, através da eliminação de entraves culturais arcaicos dos países atrasados, na visão dele.

MILLIKAN e BLACKMER (1963) são autores que, no mesmo espírito de Rostow, também vêem o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento. Para superar tal situação, é necessário que se rompa com tal situação via políticas de desenvolvimento que rompam com tradições arraigadas e que contem com o apoio dos EUA, como forma de atender aos seus interesses na Guerra Fria.

Ragnar Nurkse trabalha com um enfoque schumpeteriano – via a escassez de capital nos países periféricos como a principal condicionante da falta de dinamismo dessas economias, como pode ser vista na sua obra *Problemas de Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos* (1957). Nas palavras de MANTEGA (1984: 49-50):

“Para Nurkse, a população da periferia usufruía um baixo nível de renda, que era quase inteiramente consumida em suas necessidades básicas, pouco sobrando para a poupança e, conseqüentemente, para novos investimentos. Por sua vez, a baixa margem de investimentos representava pouco progresso técnico e modesto crescimento da produtividade, resultando num baixo ritmo de acumulação, que equivalia a um baixo nível de renda. Note-se que esse processo reitera a escassez de capital, uma vez que o baixo desenvolvimento tecnológico implica pouco dinamismo da produtividade, que mantém a renda baixa, boa parte da qual acaba sendo consumida, resultando numa baixa margem de poupança que, finalmente, imprime pouco dinamismo ao desenvolvimento tecnológico, e assim por diante”.

Outro problema levantado pelo referido teórico: tendência à imitação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos (tese adotada por Furtado).

Nurkse sugere, então, a ação combinada de vários investimentos ao mesmo tempo, a fim de que cada empreendimento garanta o mercado de outro (cf. MANTEGA, 1984: 50).

Gunnar Myrdal, no seu trabalho *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* (1960) defende a idéia de que o subdesenvolvimento pode ser superado pelas políticas de integração nacional, que, nas palavras de MANTEGA (1984: 54):

“(...) deve ser argamassada pela busca do interesse comum de toda a nação, isto é, pelo nacionalismo, que consegue a mobilização das massas em torno de objetivos comuns e em prol de níveis mais elevados de bem-estar social. Porém, não se trata de qualquer nacionalismo xenófobo, que alimente o ódio pelos países ricos, mas sim um nacionalismo orientado para a elevação dos padrões de vida da população”.

Para Myrdal, é importante que as forças internas se mobilizem a fim de substituírem as instituições políticas atrasadas pelo moderno Estado planificador e mobilizador através de um regime político democrático (modelo das democracias ocidentais). Segundo MANTEGA (1984: 55):

“Na verdade, Myrdal extraiu sua receita de desenvolvimento do percurso seguido, em sua opinião, pelas nações capitalistas pioneiras”.

Quanto às reflexões sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, serão expostas nos itens que seguem.

Reflexões de Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Nação nas Décadas de 1950 e 1960

Furtado, conforme foi dito no item anterior, se insere na discussão sobre as saídas para o subdesenvolvimento brasileiro na década de 1950.

A discussão sobre a superação do subdesenvolvimento, porém, não tem origem no Brasil, mas sim na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), criada em 1947 e que, a partir de 1948, sob o comando de Raúl Prebisch, fez estudos de impacto como *O Desenvolvimento da América Latina e alguns de seus Principais Problemas* (1949) - conhecido como *Manifesto da CEPAL* - e *Estudo Econômico da América Latina* (1951), um estudo mais aprofundado das idéias do primeiro texto. Tais documentos são a base da “Escola da CEPAL”, que procura explicar a relação centro-periferia na economia mundial e com isto o subdesenvolvimento dentro de uma abordagem completamente original e diferente daquelas teorizadas nas economias desenvolvidas (tal como visto no item anterior).

Furtado participa da primeira equipe da CEPAL e toma parte em vários projetos que visam à superação do subdesenvolvimento latino-americano, cabendo destacar a sua participação no Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953) que faz um diagnóstico da economia brasileira para o governo Vargas e propõe alternativas, segundo ele, possíveis somente sob o comando do Estado.

Na década de 1950, há no Brasil uma presença muito forte do nacional-desenvolvimentismo, liderado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – fundado em 1955 – que via o desenvolvimento econômico nacional como fator fundamental para a construção da nação.

Durante o período em que Furtado permanece na CEPAL, há a preocupação em teorizar sobre o subdesenvolvimento a fim de se pensar sobre como o Brasil chegou a tal situação, com vistas a superá-la, isto é, o desenvolvimento econômico é peça fundamental para que a nação brasileira seja construída.

Nesse período ele lança as obras *A Economia Brasileira* (1954), *Uma Economia Dependente* (1956), *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958), que analiso sucintamente nos parágrafos que seguem.

Na obra *A Economia Brasileira* (1954), Furtado reúne as suas reflexões das três frentes em que ele trabalhava (como ele mesmo cita em *A Fantasia Organizada* – 1985): i) teoria do desenvolvimento: gênese histórica e mecanismos de acumulação; ii) perspectiva histórica e problemas atuais da economia brasileira; iii) crítica das idéias sobre desenvolvimento econômico. No referido livro ele pensa o quadro da economia brasileira dentro de um esquema amplo da expansão européia, além da convicção de que os estudos de economia deveriam ser reorientados a fim de o Brasil assumir a sua maioria cultural.

O livro *Uma Economia Dependente* (1956) se constitui na verdade em extratos do seu livro de 1954 (capítulos 2, 3, 4 e 5) e que tratam da indústria a partir de 1930 e da crítica à análise marginalista. Tal texto foi incorporado quase por completo em *Formação Econômica do Brasil* (1959) e em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), como MALLORQUIN (1994: 58) afirma.

O livro *Perspectivas da Economia Brasileira* (1958) se constitui em transcrição de conferências proferidas no ISEB em 1957 cujo objetivo é desdobrado em três itens e é exposto no primeiro capítulo, como segue abaixo.

I) Equacionar o problema do desenvolvimento da economia brasileira na etapa vivida na década de 1950.

II) Analisar suas tendências fundamentais.

III) Tentar determinar os principais fatores que poderiam reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos anos que se seguiriam.

Tal tentativa de diagnóstico é desdobrada em duas fases:

I) Definição dos termos gerais do problema.

II) Apreciação em conjunto do problema a fim de se determinar, de modo aproximado, o que se deve entender por crescimento ótimo da economia brasileira.

Furtado busca a determinação dos elementos de uma política sistemática de desenvolvimento, que pressupõe um conhecimento pormenorizado do sistema econômico, identificação clara das tendências, decisão de atuar oportuna e eficazmente sobre elas, definição de objetivos claros a serem alcançados nos setores estratégicos da produção, mobilização dos meios adequados de defesa contra desequilíbrios internos e externos demasiadamente acentuados e, por fim, capacidade política e administrativa para alcançar ao mesmo tempo todos esses objetivos (cf. FURTADO, 1958: 10).

Feitas tais considerações iniciais, o autor parte para a explicação do que entende por economia brasileira.

Ele caracteriza o Brasil como um imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Tirando aproximadamente dois terços do território nacional (que na época se constituíam em imenso vazio demográfico e econômico), o restante se dividia em dois sistemas econômicos autônomos:

I) **Sistema nordestino**, que não pode, rigorosamente falando, ser considerado um sistema econômico devido à ausência do grau de integração necessário para tal e com muitas atividades de subsistência. Somente com estímulo de fatores externos (como introdução de culturas de exportação por parte do governo ou de empresários de fora ou entrada de capital para explorar algum recurso natural ou para criar alguma atividade manufatureira).

II) **Sistema da região sul**: sistema econômico relativamente integrado, mas ainda na época com importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado e com penetração desigual da economia monetária em seu território. O dinamismo desse sistema é devido a dois núcleos de atividade: i) setor ligado comércio internacional; ii) setor industrial. E é à articulação destes núcleos que se deve a aceleração do ritmo do crescimento da economia dessa região após 1948.

Segundo FURTADO (1958: 13):

“A produtividade média e as dimensões absolutas do mercado do sistema econômico do sul do Brasil já alcançaram nível suficientemente elevado para que esse sistema esteja em condições de gerar seu próprio impulso de crescimento. Não significa isso que tal economia possa prescindir dos meios externos de pagamento para crescer. A estrutura de seu sistema produtivo

ainda é bastante rudimentar para que grande parte dos investimentos requeiram uma contrapartida de cambiais. Mas o fato de que a procura externa deixe de crescer já não significa que essa economia deva entrar numa etapa de estagnação”.

E o sistema econômico passa a crescer por conta própria porque as atividades industriais passam a ocupar posição significativa e a produção de bens de capital alcança importância relativa dentro das atividades industriais. Porém, tal processo tende a agravar as tendências aos desequilíbrios internos e externos, pois a falta de experiência, de capacidade técnica e financeira, ou o temor de concorrer com poderosas organizações, leva à situação de capacidade ociosa em alguns setores e o excesso de procura de bens importados em outros.

Furtado, então, busca equacionar tal problema de forma precisa através da análise da situação da economia brasileira de então nos capítulos seguintes, que nada mais são do que um desdobramento e um aprofundamento do exposto no primeiro capítulo.

O autor sai da CEPAL em 1958 e passa um período na Universidade de Cambridge, onde pesquisa e escreve o livro *Formação Econômica do Brasil – FEB* (cuja primeira edição foi publicada em 1959), considerada por muitos estudiosos de seu pensamento como a sua principal obra devido ao fato de ser feita uma análise da evolução econômica do Brasil seguindo o modelo keynesiano. Tal livro também é uma ampliação da sua tese de doutorado de 1948, que trabalha a economia colonial brasileira. Afirmando aqui que tal reconstituição mostra como se deu a formação econômica do Brasil e como se encontrava o país na época em que ele escreveu o livro, mostrando que, apesar dos avanços na industrialização, o problema das disparidades regionais se mostrava muito preocupante, o que tornava necessária, para que a nação continuasse seu processo de formação e construção, políticas de desenvolvimento que levassem em conta o fim de tais disparidades. Ou seja, na visão de Furtado, a construção da nação é firmada na unificação do mercado nacional e nos nexos de solidariedade entre as regiões brasileiras sob o comando do Estado, promotor das políticas de desenvolvimento econômico e, portanto, amalgamador da nação.

Segundo RICUPERO (2005), Furtado, juntamente com Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Antonio Candido, está dentro de um movimento em que busca apontar não só como a sociedade, a economia, a política e a literatura brasileiras começaram a ser estabelecidas, mas também colocar a crença e o desejo de que se pode formar definitivamente uma nação no Brasil através da constituição de uma sociedade democrática, de um mercado interno que supere o externo, de uma política mais autônoma e uma literatura consolidada.

Furtado retorna ao Brasil e volta a assumir um posto no BNDE e, a partir das reflexões que desenvolve na década de 1950, principalmente da elaboração de *FEB*. Como ele mesmo relata em *A Fantasia Desfeita* (1989), ele toma para si o equacionamento do problema das disparidades

regionais, em especial do atraso do Nordeste em relação ao Centro-Sul mais desenvolvido. Para isso, no Brasil, ao assumir um posto de Diretor do BNDE sob a condição de que atuaria na área do Nordeste apenas. Ele intervém no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), articula-se com Juscelino Kubitschek, para quem coloca a questão nordestina como ponto importante a ser cuidado no seu mandato. JK acolhe a reivindicação, convoca Furtado para lançar uma nova política denominada *Operação Nordeste* (que é explicada no ISEB em 1959 e transformada em livro publicado pelo referido instituto) e institui o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). O autor lança o documento *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* (1959), escrito por ele e com autoria atribuída ao GTDN que

“(...) revestiu-se de considerável importância, pois circunscreveu a área dos debates da problemática nordestina, até então sem limites definidos. Ficava para trás a época da improvisação e do amadorismo. As proposições teriam de basear-se em dados, se possível quantitativos, e em análises consistentes. A nova equipe que se iria constituir penetraria no estudo da região com uma visão sistêmica que evitava a dispersão e a tendência ao isolamento dos especialistas. A unidade de propósito era mais facilmente assegurada” (FURTADO, 1989: 56).

A SUDENE é instituída em 1960, tendo Furtado como superintendente. Por alguns meses no mandato de João Goulart, ele assume o Ministério do Planejamento, mas retorna ao órgão até o golpe de 1964. Durante esse período são lançados os seguintes livros: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), *A Pré-Revolução Brasileira* (1962) e *Dialética do Desenvolvimento* (1964), que analiso sucintamente nas linhas abaixo.

Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961) se constitui em uma compilação de estudos sobre a contraposição desenvolvimento-subdesenvolvimento. Na primeira parte do livro, denominada *Desenvolvimento*, o autor mostra onde se encontra a teoria do desenvolvimento na teoria econômica e ressalta a importância dos processos históricos na constituição do desenvolvimento econômico. Na segunda parte, denominada *Subdesenvolvimento*, ele tece críticas à concepção da teoria do desenvolvimento nos grandes centros universitários do mundo ocidental. Para ele, há um propósito limitado de mostrar a natureza das variáveis não-econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento de produção de uma economia. Ocorre, segundo ele, a ignorância do fato de que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica, tal como se pode observar a partir da Revolução Industrial. Por isso que, para se entender o subdesenvolvimento, exige-se um esforço de teorização autônomo e com forte dimensão histórica (a fim de se pensar a construção da nação).

A Pré-Revolução Brasileira (1962) se caracteriza por ser uma compilação de estudos, cuja preocupação é, segundo Furtado, esclarecer à juventude universitária brasileira sobre as grandes transformações pelas quais o Brasil passava naquele momento. Destaco do livro os seguintes pontos:

I) Uma primeira crítica ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país e que ele defendia: não houve modificação nas condições de vida de 75% da população brasileira, muito pelo contrário: houve uma crescente concentração social e geográfica de renda, além de ter levado a um aumento relativo da renda da terra. No plano político-administrativo, a ampliação e a diversificação das funções do Estado não foi acompanhada das necessárias reformas de base do próprio Estado, o que colaborou para o aumento enorme do coeficiente de desperdício na ação administrativa pública.

II) O marxismo faz sucesso entre a juventude por se constituir em uma filosofia da ação transformadora da realidade. Porém, segundo o autor, onde ele foi aplicado trouxe autoritarismo, coletivização compulsiva e repressão violenta a toda resistência. Como alternativa ele propõe a promoção do desenvolvimento econômico via planejamento estatal com democracia, adaptando à realidade brasileira o modelo dos países ocidentais desenvolvidos.

III) Crítica ao modelo mecanicista da economia clássica (tal como ele faz na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*): não se aplica a uma realidade de país subdesenvolvido como o Brasil.

IV) Relato do problema do Nordeste (como já foi observado acima em outras obras) e exposição da solução: seria a mesma colocada aos países subdesenvolvidos, isto é, promoção da industrialização via planejamento estatal. No caso do Nordeste, haveria uma política de incentivos para contrabalançar a atração exercida pelo Centro-Sul sobre os novos capitais. Além disso, não podendo esquecer a posição central que ocupa o problema agrário na logística do desenvolvimento nordestino, Furtado via como necessária a modernização da agricultura, com tecnificação da cultura da cana a fim de elevar substancialmente seus rendimentos, juntamente com uma agricultura moderna produtora de alimentos em grande parte das terras de região úmida (na época subutilizadas). Quanto aos custos, felizmente haveria uma ajuda do Centro-Sul e o esforço não seria de grande magnitude, bastando transferir 1% de seu produto líquido.

V) O desenvolvimento brasileiro é mais um resultado de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional para dirigentes do país. Houve sobreinvestimento em inúmeros setores industriais, sobretudo os de menor essencialidade, enquanto os setores básicos ficaram insuficientemente desenvolvidos. Juntamente a isto houve a ausência de uma política de investimentos de infra-estrutura de parte do poder público. Porém, a partir de 1953, começam a ser estruturadas as linhas de uma política de desenvolvimento através do BNDE e do

Conselho de Desenvolvimento Econômico e no início da década de 1960, o autor considera superada a fase intermediária iniciada em 1953: a estrutura colonial está enterrada e o desenvolvimento econômico (processo de industrialização) alcançou uma fase de semi-automatismo.

VI) Devido ao colocado no item acima, Furtado discorda da aplicação da proposta estagnacionista do FMI para controlar a inflação, visto que se baseava em modelos abstratos (o que ocorre ainda hoje). É necessário, então, lembrar que política econômica é política, antes de ser economia e que toda política deve partir de uma clara percepção da realidade, das forças profundas que estão em movimento e que configurarão, em boa medida, o futuro.

VII) O planejamento numa economia subdesenvolvida é necessário, não significando, contudo, autoritarismo e supressão das liberdades individuais. Os países desenvolvidos mostram bem que é possível tal realidade.

No livro *Dialética do Desenvolvimento* (1964) destaco o fato de que o autor observa os fatores dinâmicos da economia brasileira se debilitarem devido à conformação das forças políticas no período (e que apoiaram o golpe de 1964), que impedem a superação dos obstáculos estruturais do subdesenvolvimento. Esse livro foi escrito antes do golpe e lançado depois do referido evento. Segundo MALLORQUIN (2005: 205):

“(...) um último chamado às forças ‘progressistas’ a cerrar fileiras. Aí eram explicadas as condições dos ‘obstáculos estruturais’ e políticos da industrialização brasileira e propunha-se um reagrupamento das forças políticas para tentar mudar o rumo político e social do país”.

Como forma de sistematização deste item, posso afirmar que Furtado no período escreve, reflete e propõe que a idéia de construção da nação passa forçosamente pela superação do subdesenvolvimento (cf. KALVAN, 2000) via industrialização e integração das regiões atrasadas ao mercado nacional. E essa superação do subdesenvolvimento teria necessariamente que passar através do planejamento estatal, mas sem cair no autoritarismo (tese defendida por pensadores dos anos 1930 como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral), muito pelo contrário: o caminho passaria pela democracia (cf. CEPÊDA, 1998).

Afirmo ainda que o modelo que Furtado tem em mente é o das democracias ocidentais. Vejo muita semelhança com as reflexões de Thomas MARSHALL (1949) que, ao mostrar historicamente o avanço dos direitos na Inglaterra, vê os direitos do homem como os direitos do cidadão, com amplos direitos sociais e econômicos. Furtado crê no papel do intelectual que está

acima das questões políticas, dos interesses de sua classe de origem e que pensa e age em prol do bem comum, deixando clara a sua influência de Mannheim⁴, do qual foi aluno.

Apesar de ter esse modelo democrático em mente, nota-se uma ausência dos atores sociais na participação da elaboração do projeto de desenvolvimento, ficando, então uma questão: a democracia só chegaria efetivamente com o desenvolvimento econômico?

Em 1964, Furtado parte para o exílio e continua sua reflexão sobre a questão, passando a aprofundar a influência que os centros hegemônicos de poder têm sobre a periferia, a partir do golpe militar que o Brasil acabara de sofrer, dentro de um processo de autocritica e revisão das primeiras formulações teóricas desenvolvidas pela CEPAL.

Desenvolvimento Econômico e Construção Interrompida da Nação

Após o golpe de 1964, conforme dito acima, Furtado busca compreender inicialmente porque o processo de desenvolvimento econômico brasileiro não trouxe benefícios para a população como um todo, mas, pelo contrário, trouxe concentração de renda. Dentro desse quadro é que destaco as obras *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) que analiso resumidamente abaixo.

Em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* o autor preocupa-se novamente em colocar os sérios obstáculos estruturais e institucionais para a continuação do desenvolvimento econômico.

Em *Análise do “Modelo” Brasileiro*, Furtado busca desmistificar o “milagre” econômico brasileiro. Ele afirma que o que acontecia no Brasil na verdade era uma retomada do crescimento econômico com intensificação do processo de concentração de renda e riqueza, e um maior arrocho salarial.

Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* é discutida a idéia de progresso inexorável dos países periféricos, que seguiriam o padrão histórico das economias centrais. O autor mostra que tal situação, que tinha levado o Clube de Roma a lançar o estudo *The Limits to Growth*, alertando sobre os riscos de todos os países periféricos alcançarem o nível de consumo dos países centrais: o mundo entraria em colapso, não haveria recursos naturais para todos. Ele mostra que tal situação dificilmente aconteceria, uma vez que os países periféricos nunca serão desenvolvidos. A alternativa desenhada pelo autor é a de se pensar uma outra forma de desenvolvimento econômico pra os países periféricos em que não haja a modernização, isto é, repetição por parte de suas

⁴ Ver MANNHEIM (1972).

classes altas e médias dos padrões de consumo dos países centrais e com alta concentração de renda e sem desenvolvimento tecnológico alternativo.

As transformações pelas quais passa a economia mundial a partir da década de 1970 trazem modificações profundas acerca da situação da periferia frente ao novo quadro de mundialização (ou globalização), tal como observa SANTOS (1998: 4):

“O pensamento de Celso Furtado se situa em uma época marcada por diferentes conjunturas que pode ser levada em conta. Sua obra inicia-se no período posterior à Segunda Guerra, marcado pela política ‘nacional-desenvolvimentista’, atravessa as notáveis transformações do campo internacional causadas pelo aprofundamento da guerra fria (que, no Brasil, significou a implementação, pelos governos militares, do capitalismo associado sob a hegemonia dos Estados Unidos) e, por fim, acompanha o aprofundamento da transnacionalização financeira que marca o ciclo que se inicia desde meados da década de 70”.

Para a autora, as questões relativas às relações entre Estado e sociedade sempre mobilizaram o pensamento social. Contudo, a partir da década de 1970, devido ao surgimento de uma nova configuração de um espaço societário global, coloca-se como imperativo a reproblemática dos Estados Nacionais e seus projetos de autonomia frente a essa nova realidade.

Essa reflexão de Furtado pode ser encontrada em suas duas obras recentes - *Brasil: A Construção Interrompida* (1992) e *O Capitalismo Global* (2000) – nas quais é sustentada a idéia de que a construção da nação, entendida como processo de unificação do espaço econômico nacional, através da valorização do mercado interno via políticas conduzidas pelo Estado que garantiriam o vínculo de solidariedade entre as regiões brasileiras, foi interrompida pela estagnação da economia brasileira vivida desde o início da década de 1980 com a crise da dívida e pela inserção subordinada ao capitalismo global via valorização de regiões brasileiras com potencial de inserção no mercado internacional e abandono das outras regiões que não atendessem tais pré-requisitos. Os riscos são: agravamento da exclusão social, risco de fragmentação da economia nacional. A proposta passa, então, pelo fortalecimento do Estado na retomada dessa construção, de forma que nesse processo a sociedade civil tenha ampla participação, juntamente com a valorização de nosso potencial criativo e cultural para buscar alternativas para se sair do subdesenvolvimento sem a repetição de fórmulas importadas do centro do capitalismo mundial, inclusive na adoção/criação de novas tecnologias, aproveitando-se do momento de criação de uma sociedade civil mundial organizada que questiona o modelo econômico utilizado e chama a atenção para a depredação dos recursos naturais em ritmo acelerado no mundo.

Como forma de sistematizar este item, afirmo que Furtado traz novos elementos na sua reflexão sobre o desenvolvimento econômico e a construção da nação, como o fato de que o planejamento estatal sem levar em conta os obstáculos institucionais internos e externos não leva ao desenvolvimento econômico. Por isso, ele vê que para se retomar o processo de construção da nação, é necessária a participação da sociedade civil nacional e mundial na elaboração e execução desse projeto (posso dizer que ele radicaliza na sua defesa da democracia).

Balanço da Reflexão e Perspectivas

Como forma de sistematizar toda a discussão exposta acima cabe tecer algumas considerações, como seguem nos parágrafos abaixo.

Em **primeiro lugar**, cabe aqui afirmar que a construção da nação no pensamento de Celso Furtado se firma na unificação do mercado nacional e nos nexos de solidariedade entre as regiões brasileiras sob o comando do Estado, amalgamador da nação. É um programa de caráter democrático e político na busca da superação do subdesenvolvimento.

Em **segundo lugar**, é possível dizer que se trata de uma construção inacabada e interrompida, visto que a crise em que o Brasil mergulha a partir da década de 1980 e as transformações econômicas internacionais que trazem reflexos profundos para países periféricos como o Brasil, colocam novos desafios para pensar a retomada dessa construção e com a agravante de que vivemos a sobreposição de desafios de tempos históricos distintos, tal como LAHUERTA (2003: 252) afirma:

“A sobreposição de desafios de tempos históricos distintos pode ser sinteticamente expressada na idéia de que vivenciamos, de modo simultâneo, três processos de ‘transição’: 1) a transição propriamente dita e que diz respeito à institucionalização de um regime democrático; 2) a transição da relação Estado x sociedade, manifesta no esgotamento do padrão de desenvolvimento baseado na politização da economia; e por fim 3) a transição estrutural, expressa pela emergência de um novo padrão de acumulação a nível mundial, baseado em uma revolução tecnológica, em novas relações de trabalho e numa profunda reorganização de mercados”.

Em **terceiro lugar**, essa sobreposição tem origem na Revolução de 1930, que não pode ser considerada uma revolução burguesa clássica, visto que o Estado começa a constituir um padrão industrial e incorpora as pessoas no universo dos direitos sociais, mas com conservação da forma

de propriedade. A burguesia não hegemonizou a sua visão de mundo, deixando o Estado e as elites agrárias como atores principais⁵.

Em **quarto lugar**, as reflexões de Furtado, tendo em vista o que foi colocado acima, se revestem de uma importância fundamental para se pensar se a interrupção do desenvolvimento econômico implica necessariamente em interrupção da construção da nação, tendo em vista os avanços da sociedade civil brasileira na luta e na consolidação de vários direitos, apesar dos vários problemas que a democracia brasileira enfrenta.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. *Zona de Compromisso*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: PUC – SP, 1986 (Tese, Doutorado em Ciências Sociais).
- BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (organizador). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 (1924).
- CALDEIRA, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Raízes do Pensamento Político de Celso Furtado: Desenvolvimento, Nacionalidade e Estado Democrático*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Políticas, FFLCH/USP, 2000.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- _____. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.
- _____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Brasil: A Construção Interrompida*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *O Capitalismo Global*. 4ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

⁵ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver LAHUERTA (2003) e NOGUEIRA (1998).

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (organizadores). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KALVAN, Fábio Ricardo. *O Lugar da Nação: Estudo da Abordagem da Nação no Dual-Estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre a Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 2000.

LAHUERTA, Milton. O Século XX Brasileiro: Autoritarismo, Modernização e Democracia. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton. (organizadores). *Pensar o Século XX: Problemas Políticos e História Nacional na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MALLORQUIN, Carlos. Lucha, Poder y Desencanto: Los Primeros Tiempos de Celso Furtado in MARINI, Ruy Mauro e MILLÁN, Mária (organizadores). *La Teoria Social Latinoamericana: Subdesarrollo y Dependencia*. México: Edições El Caballito, 1994, três volumes, volume II, p. 41-72.

_____. *Celso Furtado: Um Retrato Intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Polis, 1984.

MILLIKAN, Max F. e BLACKMER, Donald L. M. (orgs.). *Nações em Desenvolvimento: A Sua Evolução e a Política Americana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política: Idéias para a Reforma Democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NURKSE, Ragnar. *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

RENAN, Ernest. *Que es una Nación? Cartas a Strauss*. Madrid: Alianza, 1987.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Capitalista: Um Manifesto Não Comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SANTOS, Maria Odete. *Nação e Mundialização no Pensamento de Celso Furtado*. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1998.

SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora duas Cidades, 1991.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1994.